

IMPRESSÕES DA “DECADÊNCIA”: ILHÉUS NO RELATO DE VIAGEM OITOCENTISTA

Zidelmar Alves Santos¹

Em Ilhéus, lugar abandonado por Deus e pelo mundo, o repentino aparecimento do nosso potente vapor deve ter causado um alvoroço tremendo; uma bandeira branca, hasteada em um alto estandarte, dava-nos as boas-vindas (Maximiliano de Habsburgo).

RESUMO

Neste trabalho lançamos um olhar para os relatos dos viajantes estrangeiros que estiveram em Ilhéus no século XIX: Maximiliano de Wied-Neuwied, Spix, Martius e Maximiliano de Habsburgo. Consideramos seus apontamentos sobre a urbanização da vila em questão. Compreendemos que tais relatos influenciaram a historiografia consagrada na construção de um quadro de decadência, estagnação e isolamento que só seria rompido com a explosão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia. Concluímos que as impressões dos viajantes estrangeiros acerca da decadência da Ilhéus Oitocentista foram demasiado exageradas, considerando que seus olhares sobre a região demonstraram o forte preconceito que o europeu tinha com territórios que não apresentavam o mesmo nível de desenvolvimento urbano que os países da Europa.

Palavras-chave: Viajantes. Vila de Ilhéus. Desenvolvimento urbano. Decadência e isolamento.

*Impressions of “decadence”:
Ilhéus in the 19th century travel report*

Abstract

In this work we take a look at the reports of foreigners who visited Ilhéus in the 19th century: Maximiliano de Wied-Neuwied, Spix, Martius and Maximiliano de Habsburgo. We consider your notes on the urbanization of the village in question. We understand that such reports influenced the consecrated historiography in the construction of a picture of decay, stagnation and isolation that would only be broken with the explosion of the cocoa plantation in the south of Bahia. We conclude that the impressions of foreign travelers about the decadence of the Ilhéus in the 19th century were exaggerated, considering that

¹

Doutorando em Letras: Linguagens e Representações pela UESC
Bolsista Capes. (código de financiamento 001)
E-mail: zid175@hotmail.com

their views of the region created the strong prejudice that the European had with territories that did not present the same level of urban development as the countries of Europe.

Keywords: Travelers. Village of Ilhéus; Urban development; Decay and isolation.

Introdução

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi uma das mais lucrativas capitanias hereditárias quando do início do processo de colonização, no século XVI (COELHO FILHO, 2000). Entretanto, disseminou-se a imagem de que, quando a produção açucareira entrou em declínio na Capitania, a população passou a se dedicar à produção de víveres e criação de animais para subsistência (FREITAS; PARAÍSO, 2001, p. 23).

A historiografia, ao longo dos tempos, difundiu e consolidou a imagem de uma Ilhéus pobre e miserável no período entre o fim do século XVI e a segunda metade do século XIX (DIAS; CARRARA, 2007, p. 10). Não obstante, pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas vêm desmistificando essa visão, revelando que a Capitania de Ilhéus era elemento ativo no processo de abastecimento do mercado interno, mantendo relações comerciais principalmente com a Capitania da Bahia (DIAS, 2007a).

A obra *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*, publicada na década de 1940, de autoria de João da Silva Campos, é a principal referência sobre a decadência de Ilhéus nesse período. Outro fator que é importante salientar: coronéis do cacau encomendaram obras que enalteciam a introdução do cacau na região e seus feitos e contribuições para o desenvolvimento da cidade de Ilhéus a partir daquele período (SANTOS, 2010, p. 4-5; MAHONY, 2007, p. 765). Um exemplo notório é a publicação, em 1915, da *Memória sobre o município de Ilhéus*, de autoria de Francisco Borges de Barros (2004). A obra foi encomendada pelo, então, intendente municipal de Ilhéus, o Coronel Antonio Pessoa da Costa e Silva.

No que diz respeito à produção literária, muitos autores buscaram transpor para a ficção uma realidade social e econômica que só pôde ser evidenciada a partir da explosão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia em finais do século XIX, visto que a temática do cacau se fez dominante. Na obra de Jorge Amado, por exemplo, destacam-se *Cacau*, publicado originalmente em 1933; *Terras do sem fim*, 1943; *São Jorge dos Ilhéus*, 1944; *Gabriela, cravo e canela*, 1958 e *Tocaia Grande*, 1984.

As premissas que atestam um quadro de miséria e decadência para a Ilhéus que antecede o apogeu da lavoura cacaueteira, também foram construídas sob relatos de viajantes e naturalistas estrangeiros que estiveram em Ilhéus de passagem ao longo do século XIX. Os naturalistas Spix e Martius (1981), o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied (1989), e o arquiduque da Áustria Maximiliano de Habsburg (2010) são exemplos de viajantes que escreveram, em suas obras, relatos que colaboraram para a estigmatização do passado colonial de Ilhéus.

A fundação da Capitania e Vila de São Jorge dos Ilhéus

A Capitania de São Jorge dos Ilhéus foi doada em 1534 pelo rei de Portugal D. João III a Jorge de Figueiredo Correa. O donatário, entretanto, não se arriscou na empreitada colonial. Segundo Arléo Barbosa (2012, p. 395), ele era casado com “a filha de criação da rainha de Portugal, era homem rico, comerciante, sócio de outros homens de negócios, também ricos, jamais deixaria o conforto lusitano para arriscar-se nas terras do Brasil, ainda selvagens e repletas de perigos”.

A missão da colonização de Ilhéus coube, então, a Francisco Romero, homem de confiança designado por Jorge de Figueiredo Correa para administrar a Capitania. Após desembarcar na Ilha de Tinharé, em 1535², Romero considerou o lugar inadequado para a fundação do primeiro núcleo urbano da Capitania.

² A fundação do primeiro núcleo urbano da Capitania de Ilhéus foi alvo de polêmica. Para mais esclarecimentos, ver o trabalho de Dias (2007a, p. 42-43).

Freitas e Paraíso (2001, p. 14) salientam que Romero

considerou o local inadequado à defesa e a expansão do povoado. O novo espaço escolhido foi onde se localiza, até os nossos dias, a cidade de Ilhéus, em torno da qual, de imediato, foram construídos engenhos na tentativa de inserir a Capitânia no circuito comercial da economia colonial.

Inicialmente, a implementação da monocultura de cana-de-açúcar teve êxito, colocando a Vila de São Jorge dos Ilhéus, no século XVI, na posição de “uma das mais ricas da Costa do Brasil” (COELHO FILHO, 2000, p. 133). Mas, esse êxito econômico não durou muito tempo. Os ataques dos índios Aimorés e Tupiniquins são frequentemente associados à decadência da cultura açucareira em Ilhéus nos anos que se seguiram após o século XVI.

Silva Campos (2006, p. 316) revela que a expulsão dos jesuítas do Brasil, em 1759, também impactou no processo de decadência da Vila de Ilhéus, já que eles haviam catequizado e aldeado diversas tribos nas proximidades da referida vila em outros pontos da Capitania.

Os conflitos com indígenas, dessa maneira, são apontados pela historiografia como um dos grandes motivos para a decadência da Vila e Capitania de Ilhéus, influenciando na queda da produção de açúcar. Freitas e Paraíso (2001, p. 21) destacam que “uma das tentativas de buscar solução para o marasmo econômico foi a organização de entradas para os sertões na busca de índios e de metais preciosos, o que só agravou os conflitos”.

A Vila de Ilhéus estaria, dessa maneira, em um quadro de isolamento, decadência e miséria que só seria alterado com o advento e ascensão da lavoura cacaueteira no sul da Bahia, no final do século XIX. Além da historiografia tradicional, outras fontes que contribuíram para a construção desse quadro de estagnação foram os relatos de viajantes estrangeiros que estiveram na região, ao longo do século XIX. Tais relatos davam informações sobre a paisagem urbana da Vila de São Jorge dos Ilhéus, sobre os costumes e tradições, bem como as relações sociais entre os moradores da referida vila, em relatos marcados por grande carga de preconceitos trazidos da Europa, como veremos a seguir.

Ilhéus no relato de viagem Oitocentista

Com a abertura dos portos em 1808, muitos estrangeiros desembarcaram no Brasil e produziram seus relatos de viagem. Vários viajantes aportaram em Ilhéus. Segundo Moreira (2009, p. 2), “muitas das escritas de viagem foram editadas e tiveram boa recepção no público editorial europeu”. No caso dos que estiveram em Ilhéus, ainda que exaltassem as paisagens naturais da região, destacando a fauna, a flora e as caçadas que faziam, os viajantes, ao encontrarem um modo de vida, alimentação e infraestrutura diferentes do que vivenciavam na Europa, escreviam sobre miséria e decadência.

Isso colaborou para a criação de um quadro de miserabilidade e estagnação que permaneceu na memória e na historiografia da região. Sobre o trabalho do historiador João da Silva Campos, por exemplo, Dias (2007b, p. 53) ressalta que

foram as impressões testemunhadas por autoridades e viajantes que deram a tônica do quadro geral que o autor traçou sobre o desenvolvimento da Capitania, apontando a estagnação econômica e social como algo reinante até a primeira metade do século XIX.

O fato é que a carga de preconceito trazida da Europa teve peso na escrita dos relatos dos viajantes, pois, embora Ilhéus não fosse uma das maiores vilas da Capitania da Bahia no século XIX, a existência de comerciantes e de vários mecanismos para obtenção de crédito na Vila de Ilhéus, daquele período, indicam que a vila possuía uma dinâmica que entra em contraste com o quadro de estagnação solidificado pela historiografia tradicional (SANTOS; SANTOS; DIAS, 2012).

As obras produzidas por esses viajantes tornaram-se referência para os pesquisadores, não apenas para a região sul da Bahia, mas, para todo o Brasil. Dentre os que conseguiram notabilidade, o primeiro que desembarcou em Ilhéus foi o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, chegando no ano de 1816. E o viajante escreveu sobre a formação da referida vila:

Vila de Ilhéus é um dos mais antigos estabelecimentos do litoral do Brasil. Depois que Cabral mandou dizer a primeira missa em Santa Cruz e desembarcou em Porto Seguro, foi fundada a colônia de São Jorge. Francisco Romero lançou em 1540 as fundações da vila dos Ilhéus, depois de concluir um acordo amigável com os Tupiniquins que habitavam o lugar” (WIED, 1989, p. 337-338).

Logo em seguida, Wied-Neuwied discorre sobre a situação de decadência nos anos que se seguiram, lançando um olhar para a paisagem urbana da vila de Ilhéus. O viajante destaca que a última marca de prosperidade na vila “desapareceu com a retirada dos jesuítas, pois deles é que provém todos os monumentos antigos que ainda se conservam” (WIED, 1989, p. 338).

Maximiliano de Wied (1989, p. 338) salienta que:

A própria vila de Ilhéus se compõe de pequenas casas cobertas de telhas, em parte maltratadas, em decadência ou abandonadas; as ruas são mais ou menos regulares, cobertas de capim. Somente aos domingos e dias de festa é que nelas se observam movimento e vida; veem-se então algumas pessoas reunidas, pois os habitantes das redondezas acorrem à vila, para a missa. Há três igrejas, uma das quais, a de Nossa Senhora da Vitória, está dentro de uma mata próxima.

Essa passagem do relato de Maximiliano de Wied deixa transparecer aspectos da urbanização da vila de Ilhéus no início do século XIX. Outros viajantes que estiveram em Ilhéus, pouco tempo depois, em 1818-1819, foram os naturalistas Spix e Martius, e eles também registraram suas impressões. Embora elogiassem as paisagens naturais da região, questionaram os motivos do “atraso” da vila. Observe:

Quem apreciar com olhar encantado essa paisagem adorável, e lembrar-se de que, já no ano de 1540, se havia fundado aqui uma colônia portuguesa, perguntará a si mesmo por que não se encontra aí uma cidade populosa e próspera, e apenas algumas cabanas pobres, em ruas cheias de capim (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 176).

A ausência dos jesuítas é novamente associada ao atraso da vila:

Atualmente, a povoação não tem uma só casa sólida, pois o Colégio dos Jesuítas, construído em 1723 com grés e tijolos, desabitado e abandonado, já começa a cair em ruína. A vila e toda sua freguesia

contam hoje apenas 2.400 almas, embora seja cabeça da comarca de Ilhéus e residência do ouvidor (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 176).

Segundo Dias (2011, p. 42), a historiadora norte-americana Mary Ann Mahony questiona a associação dos jesuítas ao atraso de Ilhéus, salientando que a expulsão dos jesuítas e a “consequente transmissão de suas propriedades a particulares” colaboraram para a dinamização econômica da comarca de mesmo nome.

O fato é que a historiografia recente vem desmistificando as imagens de decadência e isolamento de Ilhéus no período colonial, e isso se dá, dentre outras questões, pela constatação da mudança do perfil agrário da vila, que se caracterizou como zona de abastecimento interno (DIAS, 2011, p. 263). A existência de um vigoroso mercado interno na Colônia Brasileira também confronta as ideias do historiador Caio Prado Jr. (1970, p. 119), que defendia a tese de que o sentido da colonização brasileira era “o de uma economia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] a nossa economia se subordina inteiramente a este fim”.

Os trabalhos de outros pesquisadores, como Furtado (1987), deram força à tese de Prado Jr. Furtado (1987, p. 46), inclusive, ressalta que o fato de os lucros da empresa colonial ficarem em grande parte nas mãos de grandes negociantes portugueses colaborou para a falta de investimentos na indústria açucareira no Brasil colonial.

Não obstante, a existência de comerciantes interessados na expansão do mercado interno demonstrou que a colônia vivenciava uma dinâmica que entra em contraste com essa concepção. No que diz respeito a Ilhéus, a existência de comerciantes e de instituições de crédito na referida vila também sugerem um perfil diferente de um quadro crônico de miséria e decadência (SANTOS; SANTOS; DIAS, 2012).

O trabalho de Santos (2019, p. 27), inclusive, defende que houve um “gradual desenvolvimento econômico ao longo dos dois primeiros quartéis do oitocentos”. Segundo o historiador,

Uma grande evidência do progressivo crescimento da referida região foi a concessão de sesmarias para pessoas com grandes recursos, o aumento da quantidade de engenhos, saltando de um para nove, a presença de colonos nacionais de outras localidades e estrangeiros e as sucessivas compras e vendas de imóveis rurais, urbanos e escravizados arrolados nos livros do notariado da Vila. (SANTOS, 2019, p. 27).

Os livros do notariado de Ilhéus da primeira metade do século XIX, inclusive, apresentam uma movimentação de compras/vendas realizadas em sua imensa maioria em “dinheiro de contado”, ou seja, à vista³. Esse detalhe é importante, principalmente se for considerada a escassez de moedas enfrentada pela província da Bahia naquele período (TRETTIN, 2010). Em Ilhéus, no ano de 1827, por exemplo, funcionou uma fábrica de moedas falsificadas de cobre, cuja produção seria posta em circulação por meio da agiotagem (TRETTIN, 2010, p. 91). A fábrica foi fechada após ser denunciada ao juiz ordinário local.

A oferta crédito, inclusive, nas duas décadas que se seguiram, foi fundamental para o financiamento da empresa agrícola, que estava em expansão. Um negociante em especial, Joaquim José da Costa Seabra, conseguiu se destacar nesse cenário, tomando empréstimos de negociantes de Salvador e ofertando em Ilhéus, seja na modalidade do empréstimo ou no recurso do fiado, para praticamente todos os seguimentos da sociedade (SANTOS, 2018). Deviam para ele, por exemplo, senhores de terra e engenho, membros da justiça local, líderes políticos, escravizados, dentre outros, o que demonstra a amplitude da sua rede creditícia. Seu patrimônio, inventariado em 1856, somava, entre móveis, bens de raiz, escravos, fazendas ofertadas em sua loja, bem como as dívidas ativas, uma quantia superior a 30 conto de reis⁴.

Esses são apenas alguns indícios que vão de encontro aos estigmas de isolamento, miséria e decadência de Ilhéus na primeira metade do século XIX e que demonstram a possibilidade de questionamento dos relatos dos viajantes.

A bagagem de preconceito certamente interferiu nos processos de escrita de tais relatos. Spix e Martius, por exemplo, associam o atraso da vila à origem étnica da população de Ilhéus. Se, por um lado, grande parte da

³ APEB, Seção Judiciária. Livros de notas da vila de São Jorge dos Ilhéus, 1804-1852. Cópia de microfilmes digitalizados, CEDOC/UESC.

⁴ APEB, Seção Judiciária. Inventário de Joaquim José da Costa Seabra, Salvador, 1856.

população descendia do cruzamento entre brancos com índios, por outro, os portugueses que ali residiam não descendiam da nobreza lusitana, fator decisivo para o desvio de caráter, a preguiça e a indolência tão mencionada por estes e outros autores. Observe:

Atribuem-se, talvez com razão, a estranha preguiça e incultura dos moradores ao fato de serem eles na maioria *tapuiada*, isto é, mestiços de índios. De resto, os portugueses, que aqui se domiciliaram, são da mais baixa extração; são marinheiros, carregadores e lavradores aborrecidos do trabalho, que considerando-se privilegiados, aqui, não podem elevar a moral nem a indústria dessa população desleixada (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 176).

Maximiliano de Wied, também destila esses preconceitos em seu relato de viagem. Após retornar à Vila de São Jorge dos Ilhéus, depois de uma visita à Vila de Ferradas, se depara com festejos do período natalino e vésperas da festa de São Sebastião. Tais manifestações de cunho popular confrontam a suposta indolência, tão disseminada nas obras dos viajantes estrangeiros que estiveram na região. Wied-Neuwied (1989, p. 360), com uma visão eurocêntrica daquela realidade, apontou que aquele povo “só se ocupava de se divertir, entregando-se à ociosidade e a todas as espécies de desordem”.

Essa postura, segundo Mahony (1996, p.132), aliada ao fato dos visitantes terem ficado pouquíssimo tempo na região de Ilhéus, contribuiu para que tivessem uma visão de curto alcance, pois “ilhéus was growing and changing at the time, albeit slowly, but the absence of a long-term perspective, personal grievances, and racism made it difficult for many visitors to appreciate them”⁵.

De acordo com Dias (2011, p. 44), Mahony

subverte o valor de tais testemunhos como prova de um suposto estado estrutural de miséria para a comarca no final do século XVIII. Para ela, entre a expulsão dos jesuítas e a independência do Brasil, a comarca e particularmente sua sede passa por transformações que apontam um evidente crescimento econômico.

⁵ Ilhéus estava crescendo e mudando na época, ainda que lentamente, mas a ausência de uma perspectiva de longo prazo, as queixas pessoais e o racismo dificultavam a apreciação de muitos visitantes. (tradução nossa).

Os trabalhos de Katia Mattoso (1992) e Bert barickman (2003) também apontam indícios de crescimento em toda Bahia, incluindo Ilhéus. Segundo Mattoso (1992, p. 462), “no final do século XVIII, a Bahia tinha 260 engenhos; em 1818, Spix e Martius encontraram 511. [...] o futuro Marquês de Abrantes arrolou 603 em 1833”. Em Ilhéus, acompanhando esse crescimento, do final do século XVIII para a primeira metade do século XIX, o número de engenhos saltou de um para nove⁶.

Outro membro da nobreza europeia também esteve em Ilhéus, contudo, pouco mais de 40 anos após a estada de Maximiliano de Wied, e da dupla de naturalistas alemães. Em 1860 Maximiliano de Habsburgo, arquiduque da Áustria, desembarcou em Ilhéus, ficando hospedado na Fazenda Vitória, de propriedade de Fernando Steiger.

O viajante, assim como os que estiveram em Ilhéus décadas antes, manteve suas impressões da decadência da referida Vila:

As casas em Ilhéus são muito semelhantes às de Itaparica: as mesmas janelas sem vidraças, a mesma arquitetura provisória, evocando casinhas de madeira de um brinquedo infantil. Todas as casas do Brasil trazem o carimbo da improvisação; elas são apenas uma proteção contra o sol e a chuva (HABSBURG, 2010, p. 79).

Esses relatos evidenciam, além do preconceito, o desejo do viajante europeu em encontrar arquitetura semelhante a europeia⁷. As modificações na paisagem colonial, principalmente nas menores vilas, onde a administração colonial e, posteriormente, imperial não investia em seu desenvolvimento, se deu de forma mais lenta em relação aos grandes núcleos urbanos. Em 1822, quando o Brasil se emancipou politicamente de Portugal, havia nesse território apenas 12 núcleos urbanos com o status de cidade (AZEVEDO, 1992, p. 34). A Vila de São Jorge dos Ilhéus, por exemplo, só foi elevada à categoria de cidade em 1881.

⁶ APEB. Seção de Arquivo Colonial e Provincial, Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais Administrados pela Junta da Real Fazenda, Maço 632, 1807.

⁷ Outros viajantes, como Saint-Hilaire, também fizeram comentários semelhantes para outras vilas do Brasil Oitocentista. Para mais detalhes, ver o trabalho de Faria (2011).

Considerações finais

O contexto de produção dos relatos dos viajantes que estiveram em Ilhéus, no século XIX, interferiu na visão destes autores sobre a região sul da Bahia, nesse caso em específico, na Vila de São Jorge dos Ilhéus, sede da capitania e comarca de mesmo nome. A análise dos relatos dos viajantes demonstra a possibilidade de os mesmos terem influenciado a visão que a historiografia consagrada construiu para o sul da Bahia ao longo dos anos: um quadro de miséria e decadência, que só acabaria com o apogeu da lavoura cacaueteira, iniciado em fins do século XIX.

Muitos historiadores utilizavam tais relatos como única fonte de informação sobre a região. Os próprios relatos se contradizem, no que diz respeito à questão alimentícia, por exemplo. Os viajantes talvez quisessem encontrar em Ilhéus as iguarias da culinária europeia, principalmente os que eram representantes da nobreza, como no caso dos “maximilianos”. Encontraram aqui muitos animais de caça, peixes e demais frutos do mar em abundância.

A paisagem urbana de Ilhéus foi outro ponto destacado nesses relatos. Os viajantes escreveram textos depreciativos, atestando um quadro de decadência, principalmente a partir de suas observações sobre as casas e ruas de Ilhéus. Evidentemente, as casas de taipa, ou as denominadas de “pau a pique” eram as que predominavam, não apenas nessa região, mas, em praticamente toda a Colônia Brasileira (COLIN, [S. d.]). Muito disso se dava pela abundância de matéria prima para sua construção, nesse caso, barro e madeira.

As marcas do passado colonial de Ilhéus e região sul da Bahia também não se limitavam às construções administradas pelos jesuítas. Segundo Trindade (2020, p. 113-114):

Precisamos ver a paisagem que nos cerca atualmente com um pouco mais de atenção; no sentido de questionar acerca dos processos histórico-geográficos responsáveis por sua produção ao longo do tempo [...] Especialmente aqui, mais próximo ao litoral, há uma série de vestígios e de marcas desse passado colonial [...] que coexistem com os atributos da paisagem contemporânea; este é o caso, por exemplo, da arquitetura na Praça principal no centro de Taperoá, no

Baixo Sul, que preserva um interessante acervo histórico que remete àquele período de predomínio do meio natural, onde, gradativamente, os objetos culturais eram inseridos na paisagem.

Diante do que foi exposto, concluímos que as impressões de decadência dos viajantes estrangeiros sobre a Ilhéus Oitocentista foram demasiado exageradas para o período em questão, considerando as diferenças no desenvolvimento urbano entre outras cidades coloniais visitadas por eles, como Salvador e Rio de Janeiro, e as pequenas vilas. O olhar estrangeiro, desse modo, tendo como ponto de referência a Europa, comparava realidades distintas e muito diferentes, o que permite ao pesquisador e leitor dos relatos de viagem criticar essa escrita e compará-la com outras fontes que poderão revelar mais detalhes acerca da morfologia urbana e das relações sociais que modificaram o espaço e a paisagem de Ilhéus ao longo do período colonial e imperial.

Referências

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial: ensaio de Geografia Urbana retrospectiva. **Terra livre**, São Paulo, n. 10, p. 23-78, 1992.

BARBOSA, Carlos Roberto Arléo. São Jorge dos Ilhéus: um panorama histórico. In: POVÓAS, Rui do Carmo. **Mejigã e o Contexto da Escravidão**. Ilhéus: Editus, 2012, p. 395-460.

BARICKMAN, Bert J. **Um contraponto baiano**: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BARROS, Francisco Borges. **Memória Sobre o Município de Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus: Editus, 2004.

CAMPOS, João da Silva. **Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3ª ed., Ilhéus: Editus, 2006.

COELHO FILHO, Luiz Walter. **A Capitania de Ilhéus e a Década do Açúcar (1541-1550)**. Salvador: Vila Velha, 2000.

COLIN, Sílvio. **Técnicas construtivas do período colonial**. Betim, MG: Implic – Instituto Histórico, [S. d.]. Disponível em:
<https://st2.ning.com/topology/rest/1.0/file/get/3163498197?profile=original>.
Acesso em: 04 dez. 2020.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, Sociedade e Paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no Período Colonial**. 2007. 435 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007a.

_____. A Capitania de São Jorge dos Ilhéus: economia e administração. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. (orgs.). **Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007b, p. 47-116.

_____. **Farinhas, Madeiras e Cabotagem: a Capitania de Ilhéus no antigo sistema colonial**. Ilhéus: Editus, 2011.

DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. Apresentação. In: DIAS, Marcelo Henrique; CARRARA, Ângelo Alves. (orgs.). **Um Lugar na História: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau**. Ilhéus: Editus, 2007.

FARIA, Juliana Prestes Ribeiro de. **A Influência Africana na Arquitetura de Terra de Minas Gerais**. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2011.

FREITAS, Antonio Fernando Guerreiro; PARAÍSO, Hilda Baqueiro. **Caminhos ao Encontro do Mundo: a capitania, os frutos de ouro e a princesa do sul - Ilhéus, 1534-1940**. Ilhéus: Editus, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 22ª Ed. São Paulo: Nacional, 1987.

HABSBURG, Fernand Maximilian Von. **Mato Virgem**. Tradução, introdução e notas de Moema Parente Augel. Ilhéus: Editus, 2010.

MAHONY, Mary Ann. **The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919**. Yale: Dissertation of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996.

_____. Um Passado Para Justificar o Presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauzeira da Bahia. Tradução de: Ana Claudia Cruz da Silva. In: **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. Ilhéus, V. 10, n. 18, p. 737-793, 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, Século XIX**: uma província no Império. 2. Ed. Tradução de Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MOREIRA, Bruno Alessandro Gusmão. Os relatos dos viajantes estrangeiros no Brasil Oitocentista: possibilidades historiográficas. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20, 2009, Ilhéus. **Anais**. Ilhéus: UESC, 2009.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo (colônia)**. 10ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

SANTOS, Leandro Dias. **Devo Que Pagarei**: comércio e crédito na vila de Ilhéus na primeira metade do Oitocentos. 2019. 148 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, 2019.

SANTOS, Zidelmar Alves. Política municipal de Ilhéus em fins do século XIX e início do século XX: Adamismo X Pessoismo. In: CICLO DE ESTUDOS HISTÓRICOS, 20. **Anais**. UESC, 2010, pp. 1-7.

_____; SANTOS, L. D.; DIAS, M. H.. Mecanismos de Acesso ao Crédito na Vila de Ilhéus na Primeira Metade do Século XIX: o caso Joaquim José da Costa Seabra. In: **HEERA**, Vol. 7, Nº 12, Janeiro/Junho de 2012.

_____. Negócios & Clientela: a trajetória de um comerciante da Ilhéus Oitocentista. **Veredas da História**, v. 11, n. 1, p. 318-342, 2018.

SPIX, Johann Baptist Von; MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Viagem Pelo Brasil**: 1817-1820, Vol. 2. Tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1981.

TRETTIN, Alexander. **O derrame de moedas falsas de cobre na Bahia (1823-1829)**. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade federal da Bahia, Salvador, 2010.

TRINDADE, Gilmar Alves. Uso de conceitos de Milton Santos na educação básica: os meios natural, técnico e técnico-científico-informacional e a produção do espaço no sul da Bahia no período colonial. In: CHIAPETTI, R.J.N. et al. (orgs.). **A relação sociedade-natureza e o ensino de Geografia**. Ilhéus, Bahia: Editus, 2020. p. 85-112.

WIED-NEUWIED, Maximilian, Prinz Von. **Viagem ao Brasil**. Tradução: Edgar S. de Mendonça e Flávio P. de Figueiredo. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1989.